

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.124 - SP (2019/0148336-5)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : RENATO BARBOSA MONTEIRO DE CASTRO - SP329896
S
CARLOS HENRIQUE DE LIMA ALVES VITA - SP232496
AGRAVADO : PAULO RYOJI SAKAI
ADVOGADOS : APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS - SP097365
MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA - SP116800
FRANCYS MENDES PIVA - SP227762B
ANDRE LUIZ DE SOUZA LIMA - SP321249
VAGNER CARNEIRO SOARES - SP249688
INTERES. : CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
PAULA SOUZA

DECISÃO

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O STF ainda não concluiu o julgamento do RE n. 870.947/SE. Nesse recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, haverá análise da constitucionalidade da atual redação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, bem como a definição de modulação dos efeitos da decisão quanto à inconstitucionalidade da TR na correção monetária.

Ressaltando a concessão de efeito suspensivo aos Embargos de Declaração no RE n. 870.947/SE, o que torna sem efeitos as orientações até agora definidas pelo STF sobre os juros moratórios e correção contra a Fazenda Pública, cabe mencionar que o exame da repercussão geral impõe que os recursos interpostos (na Corte de origem), que tratam da mesma questão central, fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo do STF.

Posteriormente, tais recursos devem ser apreciados na forma prevista no art. 1.040 do CPC/2015. Por tais razões, a controvérsia contida no recurso especial não deve ser examinado pelo STJ no presente momento.

Desse modo, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a conclusão do RE n. 870.947/SE, o respectivo recurso especial: 1) tenha seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal; (ou) 2) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do STF.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

